**PROCESSO**: **N º** 2000-002135/2017 (APENSO PROCESSO Nº 2000-017047/2017).

**INTERESSADO:** SEÇÃO DE TRANSPORTE.

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO.

**DETALHES**: SOL. SERVIÇO.

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-002135/2017, em 01 (um) volume, com 40 (quarenta) fls., apenso processo nº 2000-017047/2017, que versa sobre o pagamento referente a serviços de manutenção no veículo Renault Clio, de placa NMA-7105, ora servindo a sede da SESAU. A solicitação de pagamento para a **empresa PEDRO H. P. GUEDES - ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)** está orçada em **R$1.535,00 (hum mil, quinhentos e trinta e cinco reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no **art. 59, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93**. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fl.40), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**1 – SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO –** À fl. 02, consta Memo nº 42/2017, de 08/02/2017, de lavra do servidor José Carlos Balbino Cavalcante, Sub-Gestor de Frota, solicitando autorização para execução de serviços emergenciais no veículo Renault Clio, de placa NMA-7105, ora servindo a sede da SESAU, tendo em vista a não conclusão do processo licitatório junto a Agência de Modernização da Gestão de Processos.

**2 – COTAÇÕES DE PREÇOS –** Às fls. 06/08 e 17/19, consta cotações de preços realizadas nas empresas relacionadas abaixo, como também consta às fls. 35/37, pesquisas com data de 20/04/2018, através do Site [www.cotaçãozenite.com.br](http://www.cotaçãozenite.com.br):

1. PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68);
2. MARINHO GOMES E CIA. LTDA. (CNPJ nº 09.245.350/0001-92);
3. N C COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA. – ME (CNPJ nº 03.519.237/0001-71);

Nesse processo observa-se, que foi sagrada vencedora a empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68),** fl. 15.

Neste sentido, vale destacar a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão n° 1.038/2011 – Plenário: ***“... realize prévia pesquisa de preços no mercado local e, em caso de necessidade de contratações diversas de mesma natureza, atente para a necessidade de revezamento de fornecedores e/ou a juntada de cotações de diferentes fornecedores nos respectivos processos, além de evitar o fracionamento de despesas, observando-se os limites do art. 24 da supracitada Lei.” (G.N)***

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS –** Nos Autos não consta despacho de AUTORIZAÇÃO para a prestação de serviços.

**4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Verifica-se à fl. 30 dotação orçamentária referente ao exercício de 2018.

**5 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA –** Às fls. 26/27,conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**, apresentou o DANFE nº 3064, no valor de **R$1.285,00 (hum mil, duzentos e oitenta e cinco reais)**, e Nota Fiscal de Serviço nº 1647, no valor de **R$250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, ambas emitidas no dia 25/11/2017, atestadas pelo Servidor José Carlos Balbino Cavalcante, Assessoria Técnica de Frota, o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

**6 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE** – Às fls. 10/14 constam as Certidões de Regularidade Fiscal da empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68),** todas vencidas.

**7 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** À fl. 25,conforme informação do Setor de Contratos, NÃO EXISTE contrato entre a SESAU e a empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**, o que contraria o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93. Informações dadas através das Servidoras, Fernanda Caroline Almeida Freitas e Maria do Carmo, Assessoras Técnicas - Setor de Contratos - SESAU/AL.

**8 – DESPACHO –** Nas fls.34 verifica-se DESPACHO, da lavra do Sub Gestor de Frota, José Carlos Balbino Cavalcante, que trata de serviço realizado **em outro veículo (Reanault /Clio – plala ORG-8297)**, e de empresa **divergente** do referido processo.

**9 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da dívida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;(**Atendido**)
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício; (**Atendido**)
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**10 - DO CUMPRIMENTO DA NOTA TÉCNICA DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária à observância das recomendações contidas na Nota Técnica exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do Despacho PGE-GAB-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (Art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93);

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original)

Os autos evidenciam o cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica exarada no Despacho PGE-PLIC-CD(alíneas ***c*, *e*** e ***f***), restando necessário à demonstração de cumprimento da recomendação contida na referida Nota Técnica (alíneas ***a*, *b*, d, *g***e ***i***).

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento da recomendação contida na referida Nota Técnica (alíneas ***a*, *b*, d, *g***e ***i***).
2. **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)** no valor de **R$1.535,00 (hum mil, quinhentos e trinta e cinco reais).**
3. **DAS CERTIDÕES** – Que as certidões referentes à regularidade fiscal da empresa **sejam atualizadas** e acostadas aos autos quando do pagamento.
4. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I a IV**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **PEDRO H. P. GUEDES – ME (CNPJ nº 07.555.248/0001-68)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 28 de maio de 2018.

Viviane Rocha Luna do Nascimento

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 114-7**

Revisora:

Isabel Cristina Silva Lins

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 105-8**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**